

Carta a Manuel Lucena, sobre o «Fardo do Homem Branco»

Meu caro Manuel,

Com aquela perversidade que tu me conheces, tenho passado, estes últimos dias, suando e lendo tudo (ou quase tudo) o que se escreveu sobre Marcello Caetano, o 25 de Abril e o posterior «processo revolucionário», em que, graças a Deus (e não só, como se dizia à época) nem tu, nem eu estivemos «inseridos». Poupo-te novos comentários à universal inanidade desses tempos, que chega e sobra para demonstrar o primitivismo de um povo e a irremediável vilania de uma cultura.

Hoje, a implosão do império soviético e do socialismo real mostra o PREC como ele de facto foi e, apesar de alguma tristeza patriótica, eu não pude deixar de me sentir (muito brevemente) um homem virtuoso, pelo horror — e o medo — com que desde o primeiro dia vivi «o socialismo português» nas suas várias encarnações. «Muito brevemente», porque à medida que ia avançando pelas infinitas torpezas da «revolução», comecei a perceber que num ponto essencial eu não era distinguível dos piores aventureiros, esbirros e capatazes da «inteligência» indígena, cujas proezas e «pensamen-

tos» me inspiravam um tão grande e tão sagrado nojo. E como sucede que tu és o único político e o único intelectual da minha geração, que nem nesse ponto vacilou, resolvi escrever-te esta carta, admitindo com humildade e bastante vergonha que me enganei. Não havia outro destinatário digno.

Neste Verão tranquilo e quente de 1990 não existe em Portugal ninguém que se atreva a defender publicamente a «socialização dos meios de produção», o mérito das «vanguardas» ou as putativas delícias da «sociedade sem classes». O que se passou na Europa de Leste e o que se passa na URSS dispôs para sempre desse problema. Os revolucionários de 1975 são agora mais liberais do que Champalimaud, como Champalimaud os advertiu, sem infelizmente os persuadir à saudável solução do suicídio ou, pelo menos, do recato. O comunismo morreu, porque adoeceu na Europa e aqui expirou, durante dois meses de festa e drama, na doçura domiciliária da televisão. A «inteligência» e os políticos da Esquerda, nossa e alheia, foram forçados, depois de muitos anos de resistência, depois da mentira e da cegueira, e de uma inominável corrupção do espírito, a tomar nota da realidade que tinham em frente dos olhos. Mas, no meio da catástrofe, evitaram ver a realidade que não tinham em frente dos olhos, ou seja, a realidade de África.

Eu, como tu não ignoras, nunca vi África. Em 1974, o meu programa era à letra o do Dr. Mário Soares «descolonizar, democratizar e desenvolver». Por outras palavras mais prosaicas e mais justas, o meu programa era «sair» de África (de qualquer maneira), instituir a liberdade «burguesa» e aderir ao Mercado Comum. A África não me interessava, só me interessava a Europa. Tratava-se, portanto, de «voltar» à Europa, de «entrar» na Europa e de esquecer as aberrações imperiais e «ultramarinas». Para esta adorável política, a Esquerda oferecia-me toda a legitimidade ideológica: sendo o colonialismo o mal absoluto, a descolonização devia necessariamente ser boa. Nativo de Lisboa, residente em Oxford, amante de

Florença, não me ocorreu, nem ao de leve, nem por um segundo, que me coubesse, ou pudesse caber, qualquer responsabilidade pelo destino da África subtropical, onde jamais pusera, ou tencionava pôr, a ponta de um pé. Nisto não me distingui de nenhum dos agentes, promotores e lacaios do PREC: ou, de resto, da maioria dos portugueses.

Numa conferência recente, o Dr. Mário Soares declarou que o «marxismo falira em África». Declarou a meia verdade, que um eurocentrista como ele (e como eu) consegue conceber na sua curta cabeça. Porque a verdade inteira é mais simples. A verdade inteira é que em África não foi o marxismo que falhou: o que falhou foi a descolonização.

A bondade da descolonização estabeleceu-se nos anos 50. Antes disso, e apenas para dar um exemplo, até o Partido Trabalhista inglês aceitava o dever do «homem branco» para com as regiões que, por desígnio ou acidente, ocupara. Se lá estava, enquanto não se criasse outro princípio de ordem, de paz e de progresso, a sua obrigação consistia em lá ficar. Mas, por razões longas de esclarecer, a Inglaterra, a seguir ao Quênia, e a França, a seguir à Argélia, proclamaram os méritos do abandono puro e simples das colónias: e esse abandono, justificado pela teoria do imperialismo, tornou-se ortodoxo para o Ocidente civilizado.

Deixaram-se para trás povos que não formavam ou tinham a menor probabilidade de vir a formar nações. Deixou-se para trás uma classe média preta, incapaz de organizar um Estado e de o gerir. Deixou-se para trás um vácuo tecnológico, empresarial e financeiro. E deixaram-se também déspotas loucos de diverso pêlo, ganância ou crueldade. Libertos da escravidão ao branco, os pretos ascenderam à escravidão a Sékou Touré, que matou metade dos seus súbditos; a Nyerere, que deslocou 80 por cento deles para aldeias «socializadas»; a Kaunda, que enriquecendo e chorando, arruinou a Zâmbia para além do mais vago vislumbre de salvação.

Em 1990, a África é o continente esquecido. Com o fim das pretensões da URSS a potência global, perdeu a importância estratégica (a própria preocupação com o *apartheid* provém sobretudo das querelas domésticas americanas). Ao Ocidente não repugna trocar matérias-primas baratas por produtos e serviços caros. A iniciativa privada dos países ricos não precisa de novas fronteiras e, se precisasse, não as procuraria em África. A fraude do «auxílio» externo e do «auxílio humanitário» adquiriu a respeitabilidade dos velhos costumes. E até as antigas almas anticolonialistas já se não comovem, em Oslo ou em Los Angeles, com a ignomínia da miséria africana.

E os nossos infelizes «descolonizados»? De Angola não vale a pena falar e, aliás, só se fala a benefício de nutrir a megalomania portuguesa e a vaidade lorpa de alguns presuntivos «negociadores». Sobre Moçambique, este mesmo jornal publica, num anúncio ao «Magazine» de amanhã, os seguintes dizeres: «Organismos internacionais declaram Moçambique o território de maior sofrimento do mundo. Oitocentas mil pessoas vão sucumbir de fome, milhares de outras vão sofrer mutilações, atentados, roubos, sequestros, abandonos. A situação é incontrolável.» Espera-se, com isto, atrair leitores. Certamente porque esses leitores não se incomodariam por menos.

Meu caro Manuel, quando durante o 25 de Abril me tentavas persuadir das responsabilidades portuguesas em África, eu respondi sempre com inépcias frívolas. Foi o meu PREC de europeu contente e consolado. O «fardo do homem branco» era puro imperialismo, puro fascismo. Exactamente como o socialismo de Leste era «socialismo» e era «real». Eu, nessa altura, não sabia: agora sei. Um abraço.

21/7/90

Segunda carta sobre o «Fardo do Homem Branco» a Machado da Graça, jornalista moçambicano

Caro senhor,

Recebi a semana passada duas respostas à minha primeira carta sobre o «fardo do homem branco». A sua e uma de Manuel de Lucena. Agradeço especialmente a sua, porque me permite voltar com um homem de África a uma conversa que se tem adiado (ou evitado) mais do que seria saudável.

Um ponto prévio. O senhor nota com azedume que, em 1974, era «mais fácil» aceitar o «fardo do homem branco» em Lisboa, em Oxford ou em Florença do que nas «picadas» de Moçambique. Não me leu bem. Em 1974, eu não disse, nesses «lugares civilizados», que o «fardo» se devia aceitar. Disse precisamente o contrário: que não devia. Se alguma coisa, isso agrava o meu caso. Mas não da maneira que insinua.

Esclarecido este assunto, gostaria também de esclarecer que o meu propósito, agora como na outra carta, não consiste em distribuir «culpas» novas ou velhas. Quando falei, a propósito do PREC, no «primitivismo de um povo» e na «vilania de uma cultura», não me referia, aliás, senão em parte, à